# LÍNGUA E CULTURA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A MOTIVAÇÃO DE NOMES GEOGRÁFICOS INDÍGENAS

# *LANGUAGE AND CULTURE: CONSIDERATIONS ABOUT INDIGENOUS GEOGRAPHICAL NAMES AND THEIR MOTIVATIONS*

**Marilze Tavares***

**RESUMO**: Neste estudo, procedemos a uma análise dos topônimos indígenas de Mato Grosso do Sul, verificando quantos e quais são os elementos que motivam o denominador no ato da escolha dos nomes indígenas para os acidentes geográficos. Os dados que constituem o *corpus* deste trabalho foram coletados, essencialmente, de cartas do IBGE (1987) da escala de 1:250:000. O exame dos nomes geográficos evidenciou que elementos da natureza, tais como as plantas, os animais, a água e as características do solo, são as principais fontes de motivação no processo de nomeação – quando utilizados nomes de origem indígena – dos acidentes físicos e humanos.

**Palavras-chave**: topônimos indígenas, motivação semântica, Mato Grosso do Sul.

**ABSTRACT**: In this research we did an analysis of the indigenes toponymy of Mato Grosso do Sul and, we verified how many and how much elements motivate the denominator in the act of the choice of the indigenes names for geographic accidents. The data were obtained, essentially, from the 1987´s IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) maps, scale 1-250-000. The research of the geographic names proved that when we utilize indigene names to nominate physic and human geographic accidents, elements from the nature, such as, plants, animals, the water and the soil characteristics are the main source of inspiration in the process of nomination.

**Key-words**: indigene toponymy, semantic motivation, Mato Grosso do Sul, Brazil.

## INTRODUÇÃO

Por meio de um estudo toponímico, ou seja, por meio do exame de um conjunto de nomes geográficos, podemos ter importantes pistas do universo sociocultural dos grupos humanos que habitam ou habitaram determinadas regiões. Aos nomes geográficos chamamos de topônimos, que são signos linguísticos utilizados para nomear acidentes geográficos físicos como rios, córregos, montanhas, e acidentes humanos como cidades, distritos, povoados.

* Professora de Língua Portuguesa e Línguistica da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da UFGD.

Conforme a especialista em toponímia brasileira, Maria Vicentina Dick (1990, p.21-22), os topônimos, mais até que as outras unidades do léxico, configuram-se como importantes "testemunhos históricos" da vida social de uma população. Segundo Dick, os nomes carregam consigo um valor que vai muito além do próprio ato da nomeação e assegura que se a toponímia situa-se como a "crônica" de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal.

Considerando o exposto, este trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo toponímico para verificar aspectos da motivação semântica de topônimos de origem indígena do estado de Mato Grosso do Sul, cuja quantidade é significativa no panorama toponímico do Estado e pode auxiliar na compreensão da cultura dos povos que habitaram e habitam ainda hoje a área investigada.

Como fonte de coleta de dados, ou seja, dos nomes geográficos, foram utilizados os trabalhos[1] das seguintes pesquisadoras: Schneider (2002), Dargel (2003), Gonsalves (2004), Tavares (2004) e Tavares (2005). Convém mencionar que, tendo em vista o projeto do Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul, o ATEMS[2], embora cada um dos trabalhos apresente pecularied ades, a metodologia em relação à coleta de dados e análise foi basicamente a mesma nos cinco. Assim, todas as pesquisas tiveram como fonte básica para coleta dos nomes cartas do IBGE (1987) da escala de 1:250.000.

A hipótese considerada nesta pesquisa era de que, nos topônimos de origem indígena, sobressaíssem aspectos físico-naturais como flora, fauna, hidrografia e características do solo, em detrimento de aspectos antropo-culturais como homenagens a cidades, pessoas, heróis, santos, etc. Para verificação dessa hipótese, selecionamos para exame, a partir dos 4.135 designativos geográficos coletados, aqueles que possuíssem base da língua indígena ou pelo menos um elemento dessa língua em sua formação, totalizando 841 nomes.

## 1 O SIGNO LINGUÍSTICO, O SIGNO TOPONÍMICO E A QUESTÃO DA MOTIVAÇÃO

As palavras utilizadas no processo de nomeação da realidade são signos linguísticos. Saussure, em sua obra póstuma, o clássico *Curso de Linguística Geral (1969)*, esclarece que os signos são formados pela união do sentido e da imagem acústica. Em outras palavras, por um significado e por um significante. Essa relação entre as duas faces do signo suscitou muitas discussões, e já no século II a.C., os filósofos gregos estendiam-se em longas discussões para tentar concluir se os nomes

[1] Trabalhos realizados como dissertações no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* da cidade de Três Lagoas, MS.

[2] O projeto ATEMS é coordenado pela professora Aparecida Negri Isquerdo, foi contemplado com recursos da FUNDECT, e tem a participação de pesquisadores de várias instituições públicas de privadas.

imitam as coisas ou se são atribuídos aos seus referentes por pura convenção. Discutiam se a língua era regida pela natureza ou pela convenção.

Bem mais recentemente, Isaac Epstein, em sua obra *O signo* (1997), volta-se para o estudo desta questão. Com relação à linguagem verbal, no que se refere aos signos e suas designações, o autor faz referência à seguinte situação:

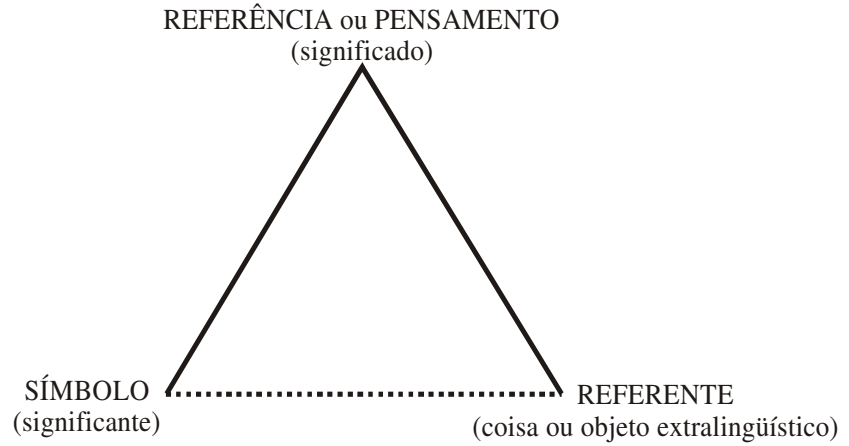
> [...] Platão em um de seus diálogos, o Crátilo, descreve como Hermógenes e Crátilo pedem a opinião do Sócrates sobre se os nomes são arbitrariamente dados às coisas, ou se correspondem a uma realidade mais profunda que designa o mesmo objeto para um grego e para um bárbaro. Hermógenes diz que não há, no seu modo de entender, senão o acordo mútuo, enquanto Crátilo argumenta que os nomes são naturais e não frutos de uma convenção.
>
> Segundo Sócrates, o legislador competente nomeia sempre as coisas levando em conta certos fatores motivadores, e não arbitrariamente. Hermógenes alega em defesa de seu ponto de vista que frequentemente os nomes dos escravos eram mudados, e os novos nomes impostos pelos seus senhores eram tão bons quanto os antigos. (EPSTEIN, 1997, p.37).

Também Lyons (1979, p.04) menciona essa discussão que se tornou especulação filosófica entre os antigos. O autor esclarece que, ao se afirmar que uma determinada instituição era *natural*, era o mesmo que dizer que ela tinha a sua origem em princípios que não se alteravam, isto é, eram eternos, invioláveis; já quando se afirmava que era *convencional* equivalia a considerar dada instituição como o mero resultado do costume e da tradição, de um acordo entre os membros da comunidade e, sendo assim, poderia ser alterado por esses membros.

O fato é que essa disputa entre os "naturalistas" e os "anomalistas" tornou-se clássica, continuou por séculos e sempre esteve presente na especulação sobre a origem da língua e da relação entre as palavras e seu significado. Esses debates, conforme informa Lyons (1979, p. 06), teriam dado origem a investigações "etimológicas" que incentivaram os estudiosos a classificar as relações entre as palavras.

No início do século XX, o mestre suíço estabelece, como princípio, que a relação entre o nome e o referente é arbitrária. Entretanto, para Saussure, a palavra "arbitrário" não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do indivíduo que fala, já que é o grupo linguístico que estabelece os significados. Quando se afirma que o significante é imotivado, significa que é arbitrário em relação ao significado, com o qual não possui laço natural (SAUSSURE, 1969, p.83).

A despeito dessa relação entre significado e significante, é válido mencionar o que Ogden e Richards (apud BLIKSTEIN, 1995, p.23) chamaram de "triângulo semiótico". Esses autores apresentam um gráfico, atribuindo nova nomenclatura aos conhecidos *significante* e *significado* de Saussure, e acrescenta a estes a *coisa* significada ou o *referente*, que o mestre não teria considerado. A ideia de Odgen e Richards seria assim representada:




*(O triângulo de Ogden e Richards, apud Blikstein)*

Mesmo com a existência de vários e antigos estudos, a inclusão de um *referente*, conforme o triângulo, não significou que realmente houvesse uma preocupação com a realidade extralinguística. Blikstein (1995, p.24) afirma que essa inserção pode ser até mesmo um modo de descartar a realidade externa da Linguística e da Semiologia, impossibilitando laços entre estas e a Psicologia, a Antropologia e a Teoria do Conhecimento. A linha pontilhada na base da pirâmide indica não haver nenhuma relação direta entre *símbolo* e *referente*.

Outros estudiosos também se ocuparam da relação triádica de que estamos tratando, Ullmann e Eco, por exemplo. Entretanto, verificamos que praticamente nada se alterou em relação ao que foi apresentado por Ogden e Richards, continuando o fator extralinguístico em segundo plano. Na proposta de Ullmann "a 'coisa' (ou referente) continua sendo extralinguística e, portanto, marginalizada do processo da significação linguística" (BLIKSTEIN 1995, p.30). Também o modelo apresentado por Eco, praticamente o mesmo de Ogden e Richards/Ullmann, centra-se na relação *experiência verbal/unidade cultural*, que corresponde ao *símbolo/referência* (significado), deixando de lado, portanto, o objeto real. (BLIKSTEIN, 1995, p.36).

Assim, conforme pondera Blisktein (1995, p.31), apesar de diferentes tentativas e adaptações, "o referente continua fora da semântica e da semiologia, embora se verifique sempre a sua incômoda presença nos bem-arranjados modelos e esquemas dos linguistas". Para esse autor, não é a condição de extralinguístico que faz com que o referente deva ficar fora da linguística, e não importa o nome que seja dado "fica reconhecida a necessidade do recurso a uma dimensão anterior à própria experiência verbal para a detecção da gênese do significado" (BLIKSTEIN, 1995, p.39). Em síntese, face às ideias desse autor, ao se estudar o significado há que se considerar os

fatores extralinguísticos, pois serão eles que representarão, em uma determinada época e lugar, aspectos sociais, culturais, históricos e ideológicos dos indivíduos

Embora em outra perspectiva, Guiraud (1986) também se ocupou da problemática que envolve o signo. Esse autor menciona a existência de três noções quando se aborda o signo linguístico: a de *arbitrário*, a de *motivação* e a de *convenção*. Para ele, "arbitrário se opõe a motivado, e tem como corolário convencional, visto que, na ausência de qualquer motivação apenas a convenção fundamenta a significação. Convencional, entretanto, não exclui motivado" (GUIRAUD, 1986, p.27-28).

Nesse sentido, a essência do signo linguístico é a convencionalidade e não a arbitrariedade. A convencionalidade é que levaria à ideia de desmotivação do signo e, desse modo, ao arbitrário. Neste caso, a motivação constitui um caráter secundário, não essencialmente necessário. É por essa razão que, muitas vezes, a motivação se altera, se obscurece, se apaga. Mas, ainda assim, o autor assegura que grande parte das palavras que utilizamos é motivada e a motivação determina o emprego e a evolução dessas palavras; as novas, as que vão sendo criadas são sempre motivadas e conservam tal motivação por maior ou menor tempo, até o momento em que acaba por cair no arbitrário, o que ocorre quando a motivação inicial não é mais recuperada. Eis a razão pela qual, para o autor, "todas as palavras são etimologicamente motivadas" (GUIRAUD, 1986, p.27-28).

Ainda assim o autor parece concordar que a característica da arbitrariedade do signo é uma condição para seu bom funcionamento e lembra que as linguagens "puras", como a álgebra, constroem os seus próprios sistemas de símbolos livres de associações extraconvencionais. O autor, no entanto, não descarta a ideia de que

> [...] a motivação é uma força criadora inerente à linguagem social, que é um organismo vivo de origem empírica; somente depois que a palavra é criada e motivada (naturalmente ou intralinguisticamente) é que as exigências da função semântica acarretam um obscurecimento dessa motivação etimológica que pode aliás, ao se apagar, trazer uma alteração de sentido. (GUIRAUD, 1986, p.31).

Dessa forma, a motivação parece ser uma característica de todos os signos linguísticos pelo menos no momento de sua criação. O que ocorre, pois, é que com o passar do tempo, muitos nomes tornam-se "opacos", ou seja, não é mais possível recuperar o seu significado primeiro. A esse respeito, convém mencionar o pensamento de Ullmann (1964) que diferencia palavras "opacas" de palavras "transparentes": seriam transparentes aquelas palavras que apresentam relação com os referentes que nomeiam, ou seja, entre o nome (significante) e o sentido (conceito). Seriam opacas aquelas que não apresentam correlação entre o som e o sentido.

O autor explicita argumentos que justificam a afirmação de que muitas palavras são totalmente opacas. Para ele, se sempre houvesse relação entre o nome e o sentido, os mesmos sons deveriam designar sempre a mesma coisa, ao mesmo tempo em que a mesma coisa deveria ser sempre designada pelos mesmos sons; se essa conexão fosse realmente necessária, não deveria haver alteração na forma das palavras e as

diversas línguas não poderiam ter palavras diferentes para nomear os mesmos objetos, se houvesse qualquer relação natural (ULLMANN, 1964, p.170-171).

Se por um lado as relações entre nomes e referentes são inteiramente convencionais, por outro, segundo o mesmo autor, existem, ao contrário, as palavras as quais podemos chamar de motivadas, e de várias maneiras. A motivação pode estar nos sons, na estrutura morfológica da palavra, ou no seu fundo semântico. A motivação fonética é um recurso muito explorado pelos poetas que, em seus textos, fazem uso de aliterações, assonâncias, rimas, para obter diferentes efeitos de sentido; a motivação morfológica pode ser observada em palavras compostas como *pen-friend* [correspondente] – para usar o mesmo exemplo do autor –, a motivação semântica pode se realizar por meio de efeitos metafóricos como no caso da palavra *bonnet* [capot: boné] de um carro, que é motivado pela semelhança entre a peça do vestiário que se usa para recobrir a cabeça, e o objeto referido (ULLMANN, 1964, p.171-190).

Também o linguista Mário Alinei tratou dessa questão. Para ele, todo o signo é motivado no momento de sua criação, e por essa razão defende a existência de uma dupla estrutura do significado: a *genética* e a *funcional*. Todo o signo é motivado em sua origem, de acordo com o semanticista, porque o denominador, quando atribui nome a um novo referente, quase sempre, vale-se de elementos já existentes no sistema linguístico para criar novas palavras. O que ocorre é que após sua criação, os novos itens lexicais vão se tornando funcionais e acabam perdendo a motivação inicial. Assim como Ullmann (1964), Alinei (1994) também estabelece a distinção entre palavras "opacas" e palavras "transparentes", conforme seja possível ou não recuperar a motivação inicial, e registra ainda o que chama de "opacidade cultural" atribuída a casos em que não se é possível recuperar o contexto cultural em que as palavras foram criadas (ALINEI, 1994, apud ISQUERDO, 1996, p.88). Vale ressaltar que Guiraud não discute os conceitos de palavras opacas e transparentes, mas refere-se ao "obscurecimento" da motivação etimológica, o que resulta, da mesma forma, na opacidade das palavras.

O signo toponímico, que antes de qualquer outra coisa, é um signo linguístico, como veremos mais adiante, é motivado principalmente pelas características físicas do local ou pelas impressões, crenças e sentimentos do denominador. Além de diferir dos demais signos no que se refere à motivação, tem particularidade específica também quanto à função. Sendo o topônimo um nome próprio, reportamo-nos ainda aos estudos de Ullmann (1964, p.151-157), que apresenta alguns critérios propostos para se definir um signo como nome próprio.

O primeiro critério discutido é o da *unicidade*, ou seja, o "nome próprio é aquele que significa um ser individual". Mas, de acordo com o próprio autor, essa noção não considera o fato de que pessoas e lugares diferentes têm, muitas vezes, o mesmo nome. O segundo critério é o da *identificação,* que pressupõe que o nome próprio serve apenas para identificar um ser, particularizando-o dentre os de entidades semelhantes. Um outro critério, o terceiro, é o da *designação contra a conotação*, que considera que os nomes próprios não são conotativos, ou seja, apenas designam indivíduos

que por eles são chamados e não indicam nenhuma característica do indivíduo. Mas, conforme o autor, se os nomes próprios não significam nada isoladamente, "estão cheios de ricas conotações quando se aplicam a pessoas ou lugares conhecidos, quer pelo locutor, quer pelo ouvinte". O quarto critério é o do *som distintivo*. Para Sir Alan (apud ULLMANN, 1964, p.155),

> Em primeiro lugar, as coisas chamadas com nomes próprios são vulgarmente membros de um conjunto, no qual as semelhanças superam as diferenças, de modo que, por assim dizer, são precisos rótulos especiais para marcar a distinção. E, em segundo lugar, o nome efectivo força a nossa atenção com maior insistência que as outras palavras.

O quinto critério para definição de um nome próprio é o *critério gramatical*, que varia muito de uma língua para outra. A colocação do artigo, por exemplo, é um dos itens mais considerados quando se fala em critérios gramaticais para definição de nome próprio.

Dos cinco itens discutidos por Ullmann, o primeiro e o terceiro poderiam ser contemplados no segundo, que mais nos interessa no contexto de nossa pesquisa. Para Dick (1992, p.19), a ideia de identificação dos seres, atribuída aos nomes próprios, defendida por alguns teóricos da linguagem, não deve ser aceita com rigor nos estudos onomásticos, uma vez que topônimos e antropônimos, além de identificarem, possuem a função de significar, mesmo que essa significação não seja mais "transparente" em razão, por exemplo, do distanciamento temporal e espacial de suas condicionantes.

Assim, se o nome próprio é um fato da língua que não apenas identifica, mas também significa, é nesse sentido que se costuma afirmar que ele carrega em si os reflexos de ordem natural e de ordem social e, por meio de seu estudo, é possível recuperar diversos aspectos da realidade de um grupo, ou seja, as características das línguas faladas pelos indivíduos de determinada região, os aspectos da geografia, da história local, entre outros. É por esse motivo que o topônimo, que é um nome próprio, pode ser interpretado "como um verdadeiro *fóssil linguístico*, expressão tomada ao francês Jean Brunhes, que o considerava um *fóssil da geografia humana*" (DICK, 1992, p.20). Ser um "fóssil linguístico", ao que parece, é uma das características mais marcantes do topônimo, além, é claro, do fato de serem esses designativos "essencialmente motivados".

Dessa forma, podemos afirmar que os topônimos são signos linguísticos semelhantes aos demais signos e pertencentes ao mesmo sistema, mas não têm as mesmas características, ou seja, não possuem, como outros, uma natureza arbitrária ou convencional, apenas. Conforme explica Dick (1990, p.34), o signo toponímico caracteriza-se como "o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada". A autora ainda afirma que "o que era *arbitrário* em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em

essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa é uma das principais características do topônimo" (DICK, 1980, p.289).

Assim é possível recuperar fatos históricos, geográfico-descritivos, etnológicos, sociais das regiões pesquisadas, uma vez que um estudo toponímico pode contribuir significativamente para verificação das ideias de um grupo, de sua cultura, de sua história, enfim, da realidade. Dick (1990, p. 22), a esse respeito, esclarece que

> [...] se, em nível de língua, a função denominativa se define pelo arbitrário ou convencional, no plano da Toponímia ela se apresenta essencialmente motivada, ou impulsionada por fatores de diferentes conteúdos semânticos, que poderão conduzir à localização de áreas toponímicas, em correspondência, ou não, às respectivas áreas geográfico-culturais.

Em um estudo toponímico para o qual se coletam centenas e, em alguns casos, milhares de nomes, geralmente a intenção não é recuperar em detalhes o que teria motivado o denominador no ato da escolha do nome, a menos que o objetivo do trabalho seja, por exemplo, um glossário histórico. Normalmente o que se pretende é um exame do conjunto dos nomes para, a partir do qual, se obterem pistas a respeito dos grupos humanos que habitam ou habitaram a área pesquisa.

Por isso, para análise da motivação dos signos em função toponímica, consideramos o modelo taxionômico de Dick (1992), que propõe 27 categorias, sendo 16 de natureza física e 11 de natureza antropo-cultural. A escolha do modelo de classificação, que toma como base o conteúdo semântico dos nomes, ou seja, os fatores motivacionais neles refletidos, se justifica por ser este o considerado mais adequado à realidade da toponímia brasileira. Para o conhecimento de outros modelos de classificação, pode-se verificar, por exemplo, os estudos do francês Albert Dauzat (1928), do português Leite de Vasconcelos (1931), do venezuelano Salazar-Quijada (1985), entre outros.

## 2 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme já esclarecido, a hipótese era de que, ao examinar os nomes geográficos de origem indígena, os aspectos mais significativos para a vida dos povos indígenas fossem também os mais motivadores no momento de escolher um nome para um rio, para um córrego, para um monte ou para uma serra, por exemplo.

Assim, confirmamos, por meio da análise dos dados que compõem o *corpus*, que os aspectos físico-naturais, como flora, fauna, hidrografia e características do solo, em detrimento de aspectos antropo-culturais, como homenagens a cidades, pessoas, santos, etc, são a fonte motivacional principal para os povos indígenas ou para os povos que utilizaram vocábulos de línguas indígenas para nomear os acidentes geográficos a sua volta.

A partir da base de dados composta de 4.135 nomes (coletados por ocasião das primeiras pesquisas sobre o assunto no estado), elencamos 841 topônimos indíge-

nas ou formados por pelo menos um elemento de alguma língua indígena[3], predominantemente o tupi, de modo geral, ou o guarani.

A incidência de topônimos indígenas é significativa em todo o Mato Grosso do Sul, mas na região Sul do estado é ainda maior. Apenas para exemplificar, apresentamos na tabela a seguir uma relação de alguns municípios, o total de nomes coletados em toda a área municipal e a quantidade de nomes indígenas.

**Tabela 1 - Incidência de topônimos indígenas por município da Região Sul do Estado**

| Município | Total de nomes coletados no município | Quantidade de nomes indígenas |
|---|---|---|
| Amambai | 52 | 34 |
| Caarapó | 35 | 15 |
| Coronel Sapucaia | 19 | 12 |
| Iguatemi | 36 | 24 |
| Itaporã | 25 | 13 |
| Japorã | 19 | 10 |
| Jateí | 19 | 11 |
| Laguna Caarapã | 39 | 17 |
| Naviraí | 39 | 22 |
| Paranhos | 32 | 17 |
| Tacuru | 19 | 15 |

Considerando uma tabela como a apresentada acima na qual aparecessem todos os municípios do Estado, a soma das quantidades da terceira coluna, seria, a partir da base de dados disponível, como já informado, 841. Desse total, após a análise, verificamos que uma parcela maior, isto é, 469 nomes são unidades léxicas já incorporadas ao léxico da língua portuguesa e já se encontram registrados nos dicionários de língua mais conhecidos. Como exemplo de topônimos desse grupo, podemos citar os que se formaram a partir de lexias como *buriti*, *mutum*, *sucuri*, *jatobá*, *tapera*, *arara*.

Essas palavras se revestiram de função denominadora e passaram a nomes próprios de acidentes físicos e humanos. Temos, por exemplo, em Mato Grosso do Sul, muitos cursos d'água denominados Córrego **Buriti**, Rio **Sucuri**, Ribeirão das **Araras**. Para todos esses nomes, o Dicionário Eletrônico Houaiss (2000) informa a etimologia tupi e por essa razão – ou seja, por estarem os nomes incorporados ao

[3] Quando nos referimos a "pelo menos um elemento de língua indígena" estamos considerando topônimos como **Ponta Porã**, em que apenas o segundo elemento do nome é indígena.

léxico e por estarem registrados nos dicionários de língua – consideramos que os mesmos não denotam particularidades regionais; são recorrentes com frequência também em outros estados brasileiros.

Já os nomes indígenas não incorporados ao léxico da língua portuguesa aparecem em quantidade um pouco menor – são 372 topônimos – e possuem a característica de serem conhecidos pelos não falantes de língua indígena apenas em função denominadora, como nome próprio. Por isso, as pessoas, de modo geral, não conhecem a tradução dos nomes, não sabem o que eles significam, mas se habituaram ao uso dos mesmos e é como se significassem o próprio acidente que nomeiam. Seguindo esse raciocínio, lexias como *amambai*, *ivinhema*, *iguatemi*, *corumbá*, *itaporã, anhanduí*, *carumbé* são conhecidas apenas, entre não falantes de língua indígena, como nomes dos acidentes humanos que eles nomeiam. Ressalta-se que os cinco primeiros são, em função de nomes próprios, nomes de municípios e os dois últimos nomes de distritos do Estado.

Antes ainda de passarmos à questão da motivação, consideramos relevante a informação de que os nomes indígenas, incorporados ou não à língua portuguesa, são utilizados principalmente na nomeação dos acidentes físicos. Do conjunto examinado, os nomes atribuídos a acidentes físicos representam 92,5% do total, e os atribuídos aos acidentes humanos apenas 7,05%.

A menor incidência de nomes indígenas atribuídos a acidentes humanos ocorre, sobretudo porque para a escolha dos nomes de povoados, distritos e municípios há a interferência de questões políticas: muitas vezes é necessário homenagear um político, um colonizador, um santo ou santa de maior devoção na região. Já a predominância desses nomes nos acidentes físicos pode ser explicada principalmente porque, em muitos casos, os próprios índios, que primeiramente habitavam o local, nomeavam os rios, córregos, montes, lagoas, que já estavam ali antes da cultura do homem não indígena, ou antes da organização de aglomerados não indígenas.

Passemos agora, mais especificamente à questão da motivação semântica dos nomes indígenas.

Conforme já discutimos na primeira parte deste trabalho, os topônimos são signos linguísticos altamente motivados e, embora aconteçam casos de esquecimento dos motivos que inspiraram o denominador no momento da escolha do nome do acidente geográfico, muitas vezes os motivos da nomeação são facilmente recuperados ou é possível, pelo menos, levantar hipóteses sobre os mesmos.

Lembrando que o modelo de classificação dos nomes utilizado possui 27 categorias, os dados a seguir são bastante significativos, pois evidenciam que a maioria dos topônimos indígenas incorporados à língua portuguesa – portanto registrados em dicionários de língua portuguesa – pôde ser classificada em apenas duas categorias, quais sejam os *fitotopônimos* e os *zootopônimos*.

**Tabela 2 - Taxionomias predominantes nos topônimos indígenas de MS (nomes incorporados ao léxico do português)**

| fitotopônimos | zootopônimos | outras categorias |
|---|---|---|
| 51,8% | 34,5% | 13,7 |

Entre os nomes geográficos de origem indígena que não foram incorporados ao léxico da língua portuguesa, a classificação, ainda que apontasse para os mesmos elementos mais significativos, apresenta algumas diferenças: a categoria mais produtiva é a dos *zootopônimos* e os nomes que ficaram sem classificação representam um percentual significativo, conforme podemos verificar na tabela 3.

**Tabela 3 - Taxionomias predominantes nos topônimos indígenas de MS (nomes não incorporados ao léxico do português)**

| zoo | fito | lito | hidro | antropo | sem classif. | outras categ. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 28,7% | 21,5% | 8,8% | 8,6% | 3,2% | 11,5% | 17,4% |

Convém esclarecer ainda que o percentual relativamente elevado de nomes sem classificação aqui apresentado pode ser explicado pelo fato de que, não estando esses nomes registrados nos dicionários de língua portuguesa, algumas vezes não pudemos chegar a um consenso sobre o significado dos mesmos, e por essa razão, decidimos por não incluí-los em nenhuma categoria do modelo de classificação que estamos utilizando.

Mesmo que em segundo lugar na tabela 3, é evidente que os nomes inspirados na vegetação lideram como fonte motivacional quando os designativos são de origem indígena. Mas é necessário mencionar que a grande incidência dos *fitotopônimos* na toponímia indígena ou não indígena é comum não apenas no MS, mas em todos os estados brasileiros, e isso se justifica pela indiscutível importância dos vegetais para o homem, para os animais, para a terra. A. J. de Sampaio (apud DICK, 1990, p.146) registra que "todo mundo conhece numerosas plantas úteis, campestres e florestais; geralmente se compreende o papel protetor das florestas para os mananciais; não há quem desconheça a utilidade de uma árvore frutífera, ornamental ou de sombra".

Destacamos, ainda, as palavras de Sampaio, a respeito das denominações indígenas motivadas pela vegetação:

> Numa região, como o Brasil, onde a vegetação exubera, variada e intensa, em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir a feição local do ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A Geografia aqui

> reflete, nas denominações de lugares, a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o frequente emprego de nomes de plantas, árvores, para indicar um rio, um banhado, um vale, um povoado, uma serra, um acidente geográfico qualquer. (SAMPAIO, 1098, p.144).

Podemos considerar os *fitotopônimos* como signos linguísticos "transparentes", cuja motivação é inspirada na vegetação. Isso porque, normalmente, a escolha do nome para o acidente físico ou humano é motivada pela presença da vegetação no local ou próxima ao acidente que teria, por alguma razão, chamado a atenção do denominador. Como verificamos no gráfico I, a maioria da toponímia indígena é atribuída aos acidentes físicos, porque esses acidentes foram geralmente nomeados pelos próprios índios, primeiros habitantes das terras brasileiras. São exemplos de *fitotopônimos* indígenas: Córrego **Buriti**, Rio **Amambai**, Córrego **Bocajá**, Córrego **Taquaribe**, Córrego **Pariri**.

Entre os *fitotopônimos* indígenas examinados, **Buriti** é o de maior frequência, e identifica diversos tipos de acidentes geográficos físicos e humanos, não apenas no Estado, mas em todo o Brasil. Essa escolha recorrente pode ser explicada pelo fato de *buriti* ser o nome de um tipo de palmeira que pode ser facilmente encontrada na natureza, e ser útil, sobretudo aos indígenas porque fornece folhas que podem ser usadas em coberturas de casas (das habitações utilizadas por alguns grupos indígenas principalmente no passado), o palmito comestível e o óleo extraído de seus frutos. Isso tudo acabou conferindo a essa árvore o estatuto de *fitotopônimo* de maior ocorrência em Mato Grosso do Sul.

Da mesma forma que a flora brasileira, a fauna é diversa e exuberante, ou seja, existem milhares de espécies animais no território brasileiro, o que teria impressionado os colonizadores ao chegarem à nova terra. Por isso, os primeiros relatos de informações sobre o descobrimento da terra, com frequência, faziam referência à vegetação e aos animais que aqui se encontravam.

Não só a presença da variedade de animais justifica a tendência do homem em atribuir aos acidentes geográficos nomes relativos a espécies da fauna, mas também a sua importância. Entre os nativos, por exemplo, os animais eram – e ainda são em algumas regiões do país – indiscutivelmente importantes para a alimentação. Assim, um dos mais importantes alimentos para os povos primitivos e hoje também para as sociedades consideradas modernas é o peixe. De acordo com Dick (1990, p.272), "o genérico *pira* (peixe) é o vocábulo que maior número de registro acusa, considerando os peixes na toponímia brasileira". Essa tendência se confirma entre os *zootopônimos*, uma vez que registramos, em MS, topônimos como Córrego **Piraí**, Distrito de **Pirapora**, Rio **Pirajuí**, Rio **Piratinim**, Rio **Piravevê**.

A motivação dos nomes geográficos advinda de nomes de peixe de origem indígena ou não também se justifica pela riqueza hidrográfica do Estado que faz com que as atividades da pesca sejam importante fonte de renda em algumas regiões, e ainda uma das formas de lazer preferidas pelos sul-mato-grossenses e por turistas que visitam o Estado.

Além dos *zootopônimos* indígenas motivados por nomes de peixes, podemos elencar outros como Córrego **Jaguaretê**, **Panambi**, Córrego **Jaguapiru**, Rio **Guiraí**. No entanto, a análise do conjunto de nomes motivados por esse elemento aponta que as maiores fontes de inspiração foram a *sucuri* e a *arara*, que emprestam seus nomes a diversos acidentes geográficos. Se esses animais não são ou eram úteis para os grupos indígenas, pelo menos é possível levantar a hipótese que de que os impressionavam – ou pelo perigo ou pela beleza.

Também os nomes geográficos de índole mineral, ou seja, os *litotopônimos*, tiveram recorrência significativa, considerando a toponímia indígena. Dick (1990, p.125) assegura que a presença de nomes geográficos associados aos minerais e às características constitutivas dos solos ou dos terrenos está ligada a dois aspectos: "um de índole genérica, física, ambiental, específicos às regiões da terra, em sua constituição (areia, barro, lama, pedra, terra, por exemplo); outro, mais restrito, porque diz respeito, de perto, a alguns dos momentos significativos da história de um povo."

São exemplos de *litotopônimos* indígenas os nomes **Itaporã** (município), **Itaquiraí** (município), **Ivinhema** (município), **Itahum** (distrito), **Itaqueri** (povoado), Córrego **Itaipá**, Córrego **Itaipu**. Como verificamos, é recorrente os nomes formados pelo elemento "ita" (pedra). A esse respeito, Teodoro Sampaio (1987, p.143), ao tratar "das alterações fônicas no tupi sob a influência da língua portuguesa", assegura que o vocábulo *ita/itá* é um dos de mais frequente emprego na denominação dos lugares por todo o Brasil.

O elemento água também é motivador recorrente entre os nomes indígenas. São exemplos de *hidrotopônimos* indígenas: Ribeirão **Ipuitã,** Rio **Iguaçu,** Rio **Iguatemi,** Córrego **Ipoí.** Convém lembrar que, nesses nomes, o elemento água aparece no fonema /i/**.** A esse respeito, Isquerdo e Tavares (2005, p.139) já alertavam o seguinte: "a questão do fonema /i/, que aparece repetidas vezes nos topônimos da região, inclusive em designativos de outras taxes [...], é um tanto complexa devido, sobretudo, às alterações gráficas que vão sofrendo as palavras no decorrer do tempo". Isso significa que, nos vocábulos, onde havia um "y" pode haver hoje um "i" ou ainda o contrário pode ocorrer. Essas letras podem figura nos nomes significando "água", "rio" ou indicando diminutivo, tamanho pequeno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, sobretudo na primeira parte deste trabalho, o processo de nomeação sempre foi de suma importância para localização das pessoas, e os índios, assim como os demais indivíduos, atribuíam nomes aos acidentes geográficos para também facilitar a sua orientação no espaço em que viviam. Por isso, examinar os signos linguísticos que os grupos usavam como nomes próprios para acidentes geográficos que se perpetuaram no tempo é descobrir um pouco de sua cultura e de seu modo de vida.

Neste estudo, nos propusemos, especialmente, a examinar a motivação dos

designativos de nomes de origem indígena coletados em pesquisas realizadas no estado de Mato Grosso do Sul. Pretendíamos evidenciar quais as maiores fontes motivacionais no momento da escolha dos nomes para acidentes geográficos físicos e humanos quando esses nomes são de origem indígena.

De modo geral, podemos afirmar que um estudo toponímico sempre terá como pretensão também examinar a relação entre língua e cultura manifestada, sobretudo no sistema lexical de uma língua. Por isso, com essa pesquisa, que se configura como um recorte da toponímia de MS, foi possível confirmar a tese de que aspectos da realidade extralinguística (no caso dos nomes indígenas, a realidade física) se refletem nos nomes dos acidentes geográficos (nos caso dos nomes indígenas, principalmente dos acidentes físicos).

Esclarecemos, mais uma vez, que, em razão da extensão do *corpus,* não consideramos objetivo deste trabalho levantar a motivação de cada um dos topônimos, mas do conjunto. Optamos por esse caminho, principalmente, porque seria muito complexa e demorada a tarefa de recuperar a motivação de todos os topônimos dado ao distanciamento temporal do ato denominativo. Ainda assim, acreditamos que esta pesquisa terá cumprido sua função se puder servir de ponto de partida e incentivar outras investigações sobre o tema – motivação semântica na toponímia indígena – do estado de Mato Grosso do Sul.

## REFERÊNCIAS


BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

DARGEL, A.P.T.P. *Entre buritis e veredas*: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense. 2003. 200f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2003.

DICK, M.V.P.A. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/ FFLCH/USP, 1992. Coletânea de estudos.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. O documento toponímico e sua representação funcional. In: *Estudos Linguísticos XXI– Anais de Seminários do GEL*. Jaú, 1992. v. 1, p.305-312.

EPSTEIN, I. *O signo*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997. Série Princípios.

GONSALVES, D.L. *Um estudo da toponímia da porção sudeste de Mato Grosso do Sul*: acidentes físicos e humanos. 2004. 186f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2004.

GUIRAUD, P. *A semântica*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1989.

ISQUERDO, A.N. *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. Tese (Doutorado) – UNESP, Araraquara, 1996.

LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. Trad. Rosa Virginia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 4. ed. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.

SCHNEIDER, M. *Um olhar sobre os caminhos do pantanal sul-mato-grossense*: a toponímia dos acidentes físicos. 2002. 169f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2002.

TAVARES, M. *Toponímia sul-mato-grossense*: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina. 2004. 212f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2004.

TAVARES, M.C. *Estudo toponímico da região Centro Norte de Mato Grosso do Sul*: o desvendar de uma história. 2005. 203f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2005.

ULLMANN, E. *Semântica*. Uma introdução à ciência do significado. 3. ed. Trad. J.A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.